

**RE no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.587 - SP
(2019/0225607-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : AGRO PASTORIL CARACOL LTDA
ADVOGADOS : SIDNEY PEREIRA DE SOUZA JUNIOR - SP182679
MARCOS HOKUMURA REIS - SP192158
GUILHERME TOSHIHIRO TAKEISHI - SP276388
MARCELLA DE MATTOS HOREMANS - SP401952
RECORRIDO : DALILA CLEOPATH CAMARGO BOTELHO DE MORAES TOLEDO
RECORRIDO : MARIANA COELHO DE MORAES TOLEDO
RECORRIDO : SERGIO LUIS BOTELHO DE MORAES TOLEDO
RECORRIDO : JOSE CARLOS BOTELHO DE MORAES TOLEDO
RECORRIDO : SONIA THEREZINHA DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO
RECORRIDO : ANDREIA DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO
RECORRIDO : LUIS VITAL DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO
RECORRIDO : ROBERTA DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO MARCONDES
RECORRIDO : RICARDO EUGENIO DE SOUSA RAMOS VETTORAZZO
ADVOGADO : GUILHERME CARRAMASCHI DE ARAUJO CINTRA - SP129792

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. ANÁLISE DA ADEQUADA APLICAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 660/STF**. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por AGRO PASTORIL CARACOL LTDA., com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 4254):

AGRAVO INTERNO EM AGRADO EM RECURSO ESPECIAL.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DECISÃO QUE DEFERIU O REFORÇO DE PENHORA SOBRE DETERMINADO IMÓVEL. INCONFORMISMO DA EXECUTADA. MESMO OBJETO AO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO ANTERIORMENTE NOS MESMOS AUTOS. REITERAÇÃO DOS MESMOS ARGUMENTOS E MESMO PEDIDO. COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE REABRIR A DISCUSSÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há que falar em violação ao art. 1.022 Código de Processo Civil/15 quando a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido diverso à pretensão da parte recorrente.

2. A ausência de demonstração clara de violação à lei federal configura deficiência da fundamentação, incidindo a Súmula nº 284/STF. Aplicação analógica.

3. Para que se configure o prequestionamento da matéria, ainda que implícito, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal (Súm. 211/STJ).

4. Agravo interno não provido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 4267/4294) sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, bem como ao artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, alegando, para tanto, que ao deixar de analisar as matérias levantadas, o Superior Tribunal de Justiça exarou decisão judicial não fundamentada e incorreu em violação aos princípios do devido processo legal, do acesso à justiça e da ampla defesa.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 4300/4319.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a

repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado manter a decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever trechos da fundamentação do aresto:

2. Cinge-se a controvérsia à admissibilidade do recurso especial interposto pela ora agravante, o qual foi obstado no Tribunal de origem em razão da inexistência da alegada omissão não sanada, que daria ensejo à nulidade por negativa de prestação jurisdicional, e pelo fato de a pretensão encontrar óbice na Súmula 7 do STJ, inviabilizando a abertura da instância extraordinária pela via do recurso especial.

3. Inicialmente, observa-se que a parte ora agravante sustentou ofensa ao disposto nos arts. 313, V, 805 e 1.022, II, do CPC/15, argumentando, em síntese, que: (i) trata-se de execução de título extrajudicial no valor de R\$7.844.671,51, em que a ora agravante é devedora e os agravados são credores; (ii) os ora agravados pretendiam a penhora de 747.866,55 toneladas de cana-de-açúcar das safras dos anos de 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013, com o objetivo de inviabilizar a atividade da sociedade empresária, em decorrência das desavenças comerciais que haviam entre as partes, como forma de represália; (iii) o título exequendo é ilíquido e não estava vencido no momento do ajuizamento da demanda; (iv) os credores são parte ilegítima porque houve cessão do crédito sem a anuência do devedor, fazendo-se ineficaz a transferência da posição ativa do negócio jurídico; (v) demanda revisional está em curso, em que a ora agravante indica todos os vícios ocorridos no título ora exequendo; (vi) os mesmos vícios foram objeto de embargos à execução; (vii) a ora agravante requereu autorização para a venda da safra que estava garantindo o juízo e ofereceu imóvel em substituição, pedido que foi deferido pelo Juízo de Primeiro Grau; (viii) os credores peticionaram nos autos dizendo que a devedora ora agravante teria realizado indevida divisão da matrícula do imóvel e ofertado o mesmo bem em garantia de nova dívida, fraudando a penhora dos autos; (ix) ficou esclarecido nos autos que a divisão da matrícula se deu por imposição da Lei de Georreferenciamento do Município e que a garantia da outra dívida já havia sido baixada; (x) perícia realizada nos autos confirmou que a divisão das matrículas não afetou a garantia prestada nos autos da presente execução; (xi) não obstante, o pedido de reforço de penhora foi deferido, atingindo outro imóvel da ora agravante; (xii) o agravo de instrumento apontou a ausência de liquidez e exigibilidade do título que fundamenta a execução, recurso não conhecido pelo Tribunal de origem, por ter submetido a exame questão já decidida; (xiii) houve omissão não sanada

com a oposição de embargos, nulidade por negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o v. acórdão recorrido não analisou aspecto central do agravo: a matéria não está preclusa, porque a ora agravante apresentou dois agravos diferentes, relativos a duas decisões diferentes do Juízo de Primeiro Grau, uma da penhora original e outra do reforço de penhora; (xiii) houve violação ao Princípio da Menor Onerosidade para a Parte devedora, do art. 805, do CPC/15; (xiv) os embargos à execução estão pendentes de julgamento, assim como a demanda revisional, e a execução não deve prosseguir gerando efeitos deletérios às atividades do devedor, porque seu desfecho depende do julgamento dos embargos.

Entretanto, quanto ao tema submetido a julgamento, houve pronunciamento expresso pelo Tribunal a quo no v. acórdão recorrido, conforme o trecho a seguir citado (fls. 4086-4088):

“Em referido recurso a agravante trouxe em seu bojo a mesma pretensão para que fosse afastada a ordem de reforço de penhora sobre o imóvel de matrícula nº 11.379, do Ofício de Registro de Imóveis de Penápolis/SP, após novo acolhimento da pretensão dos agravados em decisão proferida em 22.01.2018, havendo, ainda, o deslinde de novos fatos relativos ao registro da penhora dos imóveis desmembrados, e do arresto das disponibilidades financeiras da agravante e dos bens de Fernando Augusto Cunha. O agravo de instrumento nº 2030457-54.2018.8.26.000 teve o provimento negado, em julgamento colegiado realizado em 19.04.2018, que assim decidiu: “doutrina de Araken de Assis (Manual do Processo de Execução, 8ª edição, Editora Revista dos Tribunais, pág. 591/592), em sede de norma correlata à supracitada e que vige, “Em alguns casos, porque certos bens se encontram predestinados à satisfação do crédito, a lei elimina a faculdade de nomeação. Na execução de crédito pignoratício, anticrético e hipotecário, reza o artigo 655, §2º (CPC/1973), a penhora “recairá sobre a coisa dada em garantia”, independentemente de nomeação. É aceitável que o credor concorde com a substituição dos bens gravados, penhorando outros em seu lugar”. O autor da obra Op. em questão traz, entretanto, que tem lugar a nomeação, entre as hipóteses admitidas, quando “o objeto da garantia real ostenta valor insuficiente para satisfação cabal do crédito, haja vista o incremento desproporcional dos encargos da dívida”. Respalda a compreensão com a citação de julgado da 4ª Turma do STJ, “...sendo insuficientes os bens dados em garantia deverá o oficial de justiça proceder à penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a execução”. (REsp 214.937-SP, j. 05.06.2001, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha). Por efeito, o cenário leva a concluir que, em primeiro lugar, estando o bem de garantia avaliado e que não atende de forma suficiente à cobertura do débito em execução, perfeitamente possível a ampliação por novas penhoras, que é o que deliberou o juízo “a quo”. Assim, forçoso comungar do entendimento formulado pelo juízo de 1º grau, motivo pelo qual resta mantida a r. decisão agravada.” Ao efeito, havendo plena identidade em relação aos questionamentos havidos no recurso já julgado, que repetia o que aqui fora trazido, impossível, sob a linha processual, sobreposição à matéria já decidida, operando-se, portanto, a coisa julgada. Assim, sendo questão já analisada por esta Relatoria, sem que fossem trazidos fatos novos que pudessem alterar a base do entendimento formulado, fica prejudicada a análise do recurso.” (g.n).

Da leitura do trecho acima, extraído do v. acórdão exarado pelo

Tribunal de origem, denota-se que a questão invocada como omitida pela ora agravante foi analisada expressamente, inclusive em face da questão de ter havido agravo anterior questionando a penhora inicial, a qual, subsequentemente, exigiu reforço.

Portanto, quanto à nulidade por negativa de prestação jurisdicional, o recurso não merece prosperar. Afinal, os vícios a que se referem o art. 1.022 do CPC/15 são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos formulados pelas partes, os quais podem ser ilididos por outros elementos que se revelaram prevalecentes no entendimento do Juízo.

(...)

Impende ressaltar que "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte" (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12.12.1994). Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados: REsp 209.345/SC, Relator o eminente Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 16.5.2005; REsp 685.168/RS, Relator o eminente Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 2.5.2005.

Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015 INEXISTENTE. DECISÃO FUNDAMENTADA EM PACÍFICA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. ENTENDIMENTO CONTRÁRIO AO INTERESSE PARTE.1. Ao contrário do que aduzem os agravantes, a decisão objurgada é clara ao consignar que a jurisprudência do STJ é remansosa no sentido de que o décimo terceiro salário (gratificação natalina) reveste-se de caráter remuneratório, o que legitima a incidência de contribuição previdenciária sobre tal rubrica, seja ela paga integralmente ou proporcionalmente.2. O fato de o aviso prévio indenizado configurar verba reparatória não afasta o caráter remuneratório do décimo terceiro incidente sobre tal rubrica, pois são parcelas autônomas e de natureza jurídica totalmente diversas, autorizando a incidência da contribuição previdenciária sobre esta e afastando a incidência sobre aquela. Inúmeros precedentes.3. Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada. Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1584831/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 21/06/2016) [g n].

Dessa forma, a citação supra revela ausência de violação de lei federal por insuficiência de fundamentação que constitua negativa de prestação jurisdicional no v. acórdão impugnado.

4. Ademais, cumpre analisar a pretensão recursal de que houve violação aos art. 313, V e 805, do CPC/15: (i) por infringência ao Princípio da Menor Onerosidade da execução para a parte devedora; e (ii) porque os embargos à execução estão pendentes de julgamento, bem como a ação revisional, e, assim, a execução não deveria prosseguir gerando efeitos deletérios às atividades do devedor, mormente porque seu desfecho depende do julgamento da demanda autônoma e dos embargos.

Todavia, a garantia do juízo é um direito dos credores na execução, contemplado na lei. O reforço à penhora é instituto jurídico-processual aplicável mesmo nas hipóteses em que esteja pendente o julgamento de embargos à execução. Por resultado, a partir da narrativa dos fatos e argumentos formulados em sede de recurso especial, não se extrai a ocorrência de violação aos aludidos dispositivos da decisão que determinou o reforço de penhora requerido pelos agravados.

Nesse sentido, a alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar de forma precisa o artigo, parágrafo ou alínea, da legislação tida por violada, tampouco em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado a lei federal, bem como em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei e, ainda, qual seria sua correta interpretação, ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula 284-STF.

5. Ademais, cumpre anotar que a suposta violação aos arts. art. 313, V e 805, do CPC/15 331 do CPC ou a questão jurídica correspondente não foi objeto de exame no v. acórdão recorrido. Com efeito, revela-se inviabilizada a análise da suposta violação aos dispositivos de lei invocados nas razões de recurso especial, pois, ao STJ cabe julgar, em sede de recurso especial, conforme dicção constitucional, somente as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. Incidência na espécie da Súmula 211/STJ.

Igualmente, não há que se falar em prequestionamento implícito porque a questão jurídica correspondente aos referidos artigos não foi submetida a exame no v. acórdão recorrido.

6. Ante o exposto, com fulcro nos fundamentos acima aduzidos, nego provimento ao agravo interno.

Assim, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Ademais, no julgamento do ARE 748.371 RG/MT, o Plenário do Excelso Pretório concluiu pela ausência de repercussão geral da questão relativa à suposta afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, se dependente de prévia violação de normas infraconstitucionais (Tema 660/STF), como é o caso dos autos, que trata de normas processuais de admissibilidade recursal.

O acórdão foi ementado nos termos abaixo:

Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral. (ARE 748.371 RG,

Superior Tribunal de Justiça

Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013)

Por fim, da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, o que impediu a análise do mérito recursal.

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário negou provimento ao agravo interno em razão da deficiência da impugnação recursal que não indica de forma precisa o dispositivo de lei federal violado ou em que consistiria tal violação, aplicando o enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, bem como da falta de prequestionamento, aplicando o enunciado nº 211 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) 3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto). 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa

Superior Tribunal de Justiça

prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. (ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso extraordinário.

Intimem-se

Brasília, 20 de março de 2020.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

Vice-Presidente